Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Brasil perde, por ano, mais de R\$ 100 bilhões4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Tributação maior como trunfo6
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Apreensão de produto ilegal tem alta de 35%7
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Problema pode não estar nos impostos9
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CORREIO TALKS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Contrabando de cigarros: enormes prejuízos ao brasil11
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Prazo de entrega, agora, é 31 de maio
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL
Saiba como informar caderneta de poupança conjunta14
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - GERAL SEGURIDADE SOCIAL
Entidades criticam corte no orçamento do INSS15
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO
Sem sinal do governo, servidor mantém greve
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS SERVIDOR PÚBLICO
Dólar interrompe sequência de quedas e atinge R\$ 4,6517
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA
A reforma tributária pró-inovacão (Artigo)18
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA
A reforma tributária e a síndrome de Estocolmo (Artigo)19
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA
Carga tributária não para de subir (Editorial)20
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA
Tributando os pobres e prejudicando os negócios (Artigo)
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTARIA Armadilha tributária (Editorial)

Quarta-Feira, 6 de Abril de 2022

PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma no Senado propõe fim de isenção de imposto em itens da cesta básica.................23 RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1º EDIÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1º EDIÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Mitos tributários (Editorial)..... O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPÓSTOS CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS **ECONOMIA** FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO **ECONOMIA** FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO **ECONOMIA** FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO **ECONOMIA** VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL **ECONOMIA** VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA É hora de reduzir a compra de gás russo (Artigo)......47 VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS **ECONOMIA** Mercado amplia aposta de corte da Selic em 2023......48

Quarta-Feira,	6	de	Abril	de	2022
---------------	---	----	-------	----	------

/ALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Saída de capital da China pode indicar rotação de mercados, afirma IIF	49
/ALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA CAE aprova em sabatina novos nomes para CVM e Banco Central	50

Brasil perde, por ano, mais de R\$ 100 bilhões



Os impactos do mercado ilegal do cigarro no Brasil vão muito além das perdas econômicas e atingem em cheio o sistema de saúde. O contrabando, por exemplo, que é um braço estratégico do crime organizado, ajuda a financiar outras ilegalidades e está diretamente relacionado ao aumento de consumo de cigarros no país, prejudicando a política nacional de combate ao tabagismo. Dados do Ministério da Saúde apontam que, incluídos todos os gastos com doenças provocadas pelo fumo ? legal e ilegal ?, o país perde mais de R\$ 100 bilhões por ano. São gastos, anualmente, R\$ 120 bilhões com medicamentos e tratamentos e a arrecadação de impostos sobre cigarros não chega a R\$ 13 bilhões, conforme afirmam especialistas que participaram ontem do Correio Talks Live, com o tema Contrabando de cigarros há 32 anos no Brasil: há solução?, em parceria com a ACT Promoção de Saúde.

A venda ilegal de cigarros reduz os preços médios do produto em cerca de 4% e é responsável por aumentar o consumo em 2%, o que se traduz em cerca de 164 mil mortes prematuras por ano, como afirmou o Banco Mundial, em 2019. O contrabando de cigarros se torna ainda mais problemático já que pesquisas realizadas no Brasil por diferentes instituições de referência no assunto na última década indicam que o uso de tabaco ocupa o segundo lugar no ranking de drogas mais experimentadas no país. O quadro ainda é mais dramático, porque o preço mínimo do maço de cigarro

está congelado em R\$ 5 desde 2016, apesar de todos os produtos terem, inclusive alimentos, ficado mais caros. A distorção é tamanha que, atualmente, os preços do fumo nos mercados ilegal e legal são praticamente os mesmos.

A idade média de experimentação de tabaco entre os jovens brasileiros é de 16 anos de idade, tanto para meninos quanto para meninas, mas crianças de 8 anos já tiveram acesso ao tabaco. Nacionalmente, a frequência de fumantes jovens do sexo masculino tende a ser maior do que a do feminino. Para a médica e ex-secretária executiva da Comissão Nacional de Controle do Tabaco, Tânia Cavalcante, o problema ameaça o sucesso da Política Nacional de Controle de Tabaco (PNCT). "Os baixos preços dos cigarros ilegais reduzem o efeito das medidas para prevenir a iniciação de jovens ao tabagismo e para estimular a cessação de fumar nas populações de menor renda e escolaridade", lamenta.

Origem

Para tentar encontrar uma solução, é preciso entender a causa. Entre os especialistas ouvidos no debate, um consenso: a origem do contrabando de cigarros no país não está no aumento dos **impostos** sobre o produto, mas na falta de ação do Estado e no forte lobby dos produtores de tabaco. Segundo Jorge Rachid, ex-secretário da **Receita Federal**, o Brasil tem uma boa legislação contra contrabando, contudo, é preciso um movimento mais coordenado do Fisco, da Polícia Federal e do Itamaraty.

No entender de Roberto Iglesias, especialista em mercado ilegal do tabaco e ex-diretor do Banco Mundial no Brasil, o negócio ilícito de cigarros surgiu nos anos de 1990 e não decorreu da alta de **tributos**. "Foi resultado de um aumento de preços feitos pelas empresas no Brasil e pela acumulação ativa de estoques de cigarros brasileiros, argentinos e uruguaios no Paraguai. Com esse estoque, criou-se um negócio ilegal com produtos baratos e com uma rede de distribuição ilegal no Brasil", lembra.

Como a maior parte dos cigarros contrabandeados no Brasil vem do Paraguai, os especialistas defendem que a solução do problema deve ser encontrada em conjunto com outros países do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul). "Devemos tirar o

foco de que o problema são os altos <u>impostos</u> e mirar nos atores relevantes e na solução <u>diplomática</u>. Isso implica diálogo, negociação e busca de cooperação com o Paraguai", indica Iglesias.

O preço mínimo para a venda do produto estabelecido em legislação também pode desempenhar papel importante no combate a essa prática. É o que aponta uma pesquisa realizada pela Universidade Católica de Brasília (UCB) em parceria com a Universidade de Illinois (UIC-EUA), que indica que um aumento de 10% no preço do cigarro reduziria a demanda em cerca de 5%. "Esse valor mínimo é interessante para evitar iniciação ao fumo e reduzir o consumo de cigarro pelas classes menos favorecidas", ressalta o professor José Angelo Divino. Na Austrália, o março de cigarro custa mais de R\$ 100, assim como na Nova Zelândia.

Apreensões

Enquanto o país não encontra uma solução adequada, apreensões de cigarros ilegais continuam sendo feitas pela **Receita Federal**, que, somente nos dois primeiros meses deste ano, recolheu 18.755.834 maços do produto. No ano passado, de cada 100 maços de cigarros vendidos no país, 48 eram fruto de contrabando.

Tributação maior como trunfo



Michelle Portela

A política tributária do tabaco e o fortalecimento de órgãos públicos são fundamentais para combater o tabagismo no Brasil, desde o consumo e seus efeitos para os problemas de saúde pública quanto para coibir o contrabando e a comercialização ilegal em território nacional.

A afirmação é do ex-secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Para ele, há uma série de ajustes que precisam ser feitos, mas mantendo a base da legislação atual de combate a ilícitos. "Uma ação coordenada entre os agentes do governo é o caminho, com ações permanentes", afirma. "Para isso, é fundamental que o governo federal não retroceda, mas fortaleça a política tributária adotada para regular o cigarro no país. Seriam necessárias a atualização das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes, que estão há cinco anos inalteradas", explica.

Essas medidas, somadas a outras ligadas ao combate à corrupção e ao contrabando, ajudariam a coibir a entrada de cigarros ilegais no país. "Também é fundamental a busca da ratificação e a implementação do protocolo nos países vizinhos", observa. Nesse caso, o Itamaraty terá papel fundamental para tocar um movimento coordenado entre as nações vizinhas, sobretudo entre aquelas em que o contrabando é mais forte, como o Paraguai.

Dentro da estrutura tributária, o governo federal cobra IPI, PIS e Cofins e os estados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com o Anuário Brasileiro do Tabaco, em 2020, a carga foi de 73,5%. Mas é possível aumentar muito mais esse percentual, como ocorre em outros países, onde a tributação pode chegar a 300%.

Pelas contas do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o consumo oficial aparente de cigarros per capita reduziu-se em 65% entre 1980 e 2010. A tendência de queda se inicia no final da década de 90. Em 2016, o Brasil registrou o menor consumo, contudo, houve ligeiro acréscimo nos anos de 2017 e 2018. Desde então, o consumo vem crescendo entre os jovens.

Controle do tabaco

Rachid lembra que o Brasil é signatário, com 180 países e União Europeia, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que entrou em vigor em fevereiro de 2006. A Convenção é referência para adoção de medidas de controle do tabaco a serem implementadas a fim de reduzir a prevalência do consumo do produto entre pessoas de todas as faixas etárias e combater o mercado ilícito de produtos de tabaco.

Assim, defende o consultor tributário, o fortalecimento dos órgãos nacionais para o combate às ilicitudes a respeito da fabricação, da comercialização e do consumo do tabaco também são elementos de políticas nacionais de controle do produto que podem ter efeito de longo prazo.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é, atualmente, responsável pela regulamentação, controle e fiscalização dos cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco no Brasil. As ações de fiscalização e controle são feitas por órgãos como a Polícia Federal e a **Receita Federal**, esta última também responsável pelo monitoramento do impacto dos **tributos** federais.

O ex-secretário da Receita defende que a política tributária sobre o tabaco e as ações contra o comércio ilícito devem ser permanentes e efetivas para garantir que os objetivos de saúde sejam alcançados e que haja nível desejado de receita tributária. "Elevar sempre a tributação numa ação coordenada entre agências para coibir o comércio ilegal. Além disso, é claro que o país deve buscar a eliminação de comércios ilícitos, para controle e rastreamento dos produtos", finaliza.

Apreensão de produto ilegal tem alta de 35%

MARIA EDUARDA CARDIM

Sem uma solução adequada para o problema do contrabando de cigarros no Brasil, as apreensões dos produtos ilegais continuam sendo feitas pela **Receita Federal**. Somente nos dois primeiros meses deste ano, o órgão apreendeu 18.755.834 maços, que representam cerca de R\$ 94,8 milhões. Para evitar a comercialização ilegal, os cigarros apreendidos são destruídos. Em 2021, o órgão bateu recorde ao inviabilizar para consumo cerca de 307 milhões de maços, que correspondem a 710 carretas lotadas de cigarros.

Na comparação entre 2021 com o ano anterior, o número de toneladas de cigarros ilícitos destruídos cresceu 35%. Foram 9,2 mil toneladas contra 6,9 mil. O número de apreensões por ano oscila pouco desde 2017, ou seja, anualmente, mais de 200 milhões de maços são apreendidos, o que mostra que o mercado ilícito do produto no Brasil é um problema regular.

De acordo com dados do Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA) da Receita, cerca de 80% dos produtos têm sua fábrica localizada no Paraguai, país integrante do Mercado Comum do Sul (Mercosul), assim como no Brasil. Apesar disso, o órgão afirmou já ter apreendido quantidades significativas de cigarros vindos da China e da Indonésia.

A entrada da maioria desses produtos ilícitos no país se dá pelas fronteiras terrestres das Regiões Sul e Centro Oeste. "Com incidência menor, temos a rota marítima de contrabando que tem se utilizado do litoral do Norte e do Nordeste para contrabandear em pequenas embarcações", informa o Fisco. Os países de origem são, supostamente, os do eixo norte da América do Sul e do Caribe. Entretanto, a Receita afirmou que ainda não há precisão sobre essa informação.

As apreensões dos últimos três anos representaram, respectivamente, R\$ 1,2 bilhão, R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,4 bilhão. Mas os danos à economia nacional não são os únicos problemas causados pelo contrabando de cigarros. O problema tem diversos desdobramentos, sobretudo na saúde. Os custos médicos associados ao tabagismo passam de R\$ 50 bilhões. Já a fatura indireta (perda de produtividade e morte prematura) encosta nos R\$ 43 bilhões.

Como os cigarros ilícitos são objetos de contrabando,

não são passíveis de tributação. No entanto, caso fossem legais, estima-se que R\$ 5,3 bilhões em **tributos** federais poderiam ser arrecadados, segundo estimativas do Instituto Nacional do Câncer (Inca) em parceria com pesquisadores da Universidade Johns Hopkins (EUA).

Reciclagem

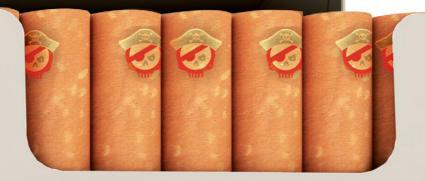
Sem poder serem tributados e vendidos no país, a norma da Receita Federal estabelece "que, sempre que for possível, sejam adotadas formas de destruição que resultem em resíduos cuja reutilização ou reciclagem seja economicamente viável". Segundo o órgão, em alguns casos, o tabaco é utilizado como matéria prima para a produção de adubo orgânico, fertilizantes, e, em outros, é compactado para ser utilizado como fonte de energia.

O plástico, os filtros e os papéis utilizados nas embalagens são destinados à reciclagem. A remoção dos cigarros dessa forma visa "promover a rápida liberação dos espaços dos armazéns para viabilizar novas apreensões e a destruição sustentável de mercadorias apreendidas".

Colaborou Michelle Portela

COMBATE AO MERCADO ILÍCITO

Veja quantos maços contrabandeados foram apreendidos pela Receita Federal por ano desde 2017 e quanto essas apreensões representam em reais:



2017 **218.192.664**

maços apreendidos R\$ 1 bilhão de reais

i 1 bilhão de reais

2018 276.361.121

maços apreendidos **R\$ 1,35 bilhão de reais**

2019

235.319.558

maços apreendidos

R\$ 1,16 bilhão de reais

2020

227.357.757

maços apreendidos

R\$ 1,13 bilhão de reais

2021

274,977,340

maços apreendidos

R\$ 1,36 bilhão de reais

2022 (janeiro e fevereiro)

18,755,834

maços apreendidos

R\$ 94,8 milhões

A ORIGEM

80% dos cigarros contrabandeados no Brasil tem fábrica localizada no **Paraguai**. Já foram apreendidos também

cigarros chineses e indonésios

- Entrada dos cigarros
 contrabandeados ocorre, em
 maior parte, por fronteiras
 terrestres nas regiões
 Sul e Centro-Oeste
- Mais precisamente em Foz do Iguaçu e Guaíra, municípios do Paraná, e Mundo Novo, Ponta Porã e Corumbá, municípios de Mato Grosso do Sul

Fonte: Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA) da Receita Federal

Valdo Virgo/CB/D.A Press



Problema pode não estar nos impostos



MARIA EDUARDA CARDIM

Ainda que exista solução para o problema do contrabando de cigarros no Brasil, ela não vem da redução de **impostos** desse tipo de produto. A ponderação é do especialista em mercado ilegal de tabaco e economista da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Banco Mundial Roberto Iglesias. Segundo ele, o aumento de **impostos** não explica nem a origem nem a permanência do problema no Brasil.

"O contrabando não nasceu dos aumentos de **impostos**, se manteve com diferentes níveis de incentivos financeiros", afirma Iglesias. Ele lembra que o mercado ilícito de cigarros no Brasil foi criado nos anos de 1990. "Foi resultado de um aumento de preços feitos pelas empresas no Brasil e pela acumulação ativa de estoques de cigarros brasileiros, argentinos e uruguaios no Paraguai. Com esse estoque, criou-se um negócio ilegal com produtos baratos e com uma rede de distribuição ilegal no Brasil", destaca.

Segundo a **Receita Federal**, cerca de 80% dos cigarros contrabandeados no Brasil têm sua fábrica localizada no Paraguai. O especialista explica que esse contrabando entre um país pequeno e outro de economia maior geralmente acontece quando as nações são inimigas históricas, o que não reflete a situação dos dois países.

"Há muito tempo o Brasil e o Paraguai têm boas relações. Eu não conheço casos semelhantes a este no mercado ilegal de cigarros no mundo, a não ser entre Vietnã e Camboja, que são nações muito pequenas", afirma. O economista ressalta, ainda, que o contrabando é maior no Brasil do que outros países

vizinhos do Paraguai. No Chile, por exemplo, os cigarros ilegais representam 12,3% do mercado. Na Argentina, 9,3%. No Uruguai, 24%. E, no Brasil, 41.9%.

Discussão equivocada

Para Iglesias, o problema permanece ativo por 32 anos por alguns motivos, como a atenção não focada nos atores importantes da atividade. Além disso, a redução dos **impostos** é uma discussão equivocada. "Quando a gente se pergunta porque o contrabando de cigarros dura tantos anos é porque a indústria do tabaco influencia, enfatizando que esse é um problema que veio dos **impostos**, que não explicam nem a origem nem a permanência dele", ressalta.

O economista reforça que a tributação e os preços elevados para produtos de tabaco são importantes para a promoção da saúde dos brasileiros. "Um exemplo disso é o Brasil entre 2012 e 2017, que, com a correta política tributária, foi capaz de aumentar preços e reduzir a prevalência de fumantes", indica. No período, o índice de fumantes caiu de 14,8% para 12,2% da população.

Direito internacional

Ainda que envolva diferentes atores, Iglesias acredita que há solução para o problema, e que primeiro é necessário entender que o problema não são os altos **impostos**. "É preciso focar em uma solução diplomática com instrumentos do direito internacional e da regulação do mercado de tabaco", reforça.

Para ele, é preciso focar na cabeça da rede legal que existe no Paraguai. "Esse é um produto diferente das drogas, que têm ofertas clandestinas e pulverizadas. Para encontrar fábricas de cigarros, estão todas legalizadas. A produção do cigarro no Paraguai é concentrada em poucas fábricas, com uma empresa líder, um oligopólio", explica.

Por isso, "a solução econômica e diplomática passa pelo Paraguai controlar a produção e a distribuição de cigarros por meio da implementação de compromissos internacionais". Além disso, de acordo com o especialista, o Brasil poderia, por exemplo, oferecer a entrada formal desses produtos com a cobrança de **impostos** dos cigarros paraguaios.

Iglesias acredita que o debate deve ser feito o mais rapidamente possível. "O contrabando conseguiu

CORREIO BRAZILIENSE / DF - CORREIO TALKS - pág.: A10. Qua, 6 de Abril de 2022 RECEITA FEDERAL DO BRASIL

sobreviver com diferentes políticas tributárias. Chegou a hora de o Estado brasileiro se sentar, reconhecer o problema e conversar com o Paraguai. O Brasil tem que procurar encontrar o caminho da análise, da negociação e do diálogo para resolver esse problema", recomenda.

Contrabando de cigarros: enormes prejuízos ao brasil



"É uma situação vergonhosa!" É com expressões assim que o economista Roberto Iglesias costuma definir o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil. "Não é um problema pequeno, nem um problema que começou ontem", insiste. Desde o início da década de 1990, o comércio ilícito de tabaco no país traz danos significativos à saúde de usuários e aos cofres públicos, com forte perda de arrecadação de **impostos**, por exemplo.

O Paraguai é a principal origem dos produtos contrabandeados.

"A pergunta que eu sempre faço é: como é que uma coisa desse tipo acontece há três décadas, numa economia tão grande como a brasileira?

E os dois países são amigos e membros do Mercosul; o Brasil é o principal parceiro comercial do país vizinho", continua Iglesias, especialista da área de controle de tabaco.

A situação deixa especialistas no controle do tabagismo preocupados, pois torna os cigarros ainda mais acessíveis, quando o recomendado é justamente o oposto, para desestímulo ao consumo de um produto nocivo como o tabaco. "Há uma série de prejuízos associados ao contrabando de tabaco, impactando a política econômica e a saúde, especialmente da população mais jovem, segmento cooptado em primeiro lugar para o consumo de cigarros", comenta Mônica Andreis, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde.

"No Brasil, a epidemia do tabagismo se agrava ainda mais com a venda de cigarros ilegais. É fundamental combater, também, o consumo de cigarro legal, por meio de medidas como o fortalecimento da política de preços e impostos", opina André Szklo, epidemiologista do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Carga pesada

O peso do contrabando de cigarros no mercado interno é elevado.

Nos anos 1990 foram criadas empresas legais, no Paraguai, que até hoje importam tabaco de produtoras legalizadas no Brasil e devolvem grande parte da produção de lá, de maneira ilegal, pelo mercado paralelo.

Dados do Instituto Nacional de Câncer, de acordo com estimativa oficial, apontam que o mercado ilegal em 2019 atingiu 37,2%. É um índice significativo, ainda que menor do que o alardeado por representantes do setor fumageiro, que no mesmo ano falava em 57% de mercado ilícito de tabaco no Brasil.

Alta também é a carga dos efeitos do tabagismo sobre os ombros da sociedade brasileira. Mais de 160 mil pessoas morrem no país, anualmente, de forma prematura, por efeitos do tabaco, segundo o Instituto de Efectividad Clinica y Sanitária, instituição de pesquisa médica da Argentina, e o Inca. Custos diretos e indiretos com doenças associadas, incluindo cuidados familiares, elevam-se a cerca de R\$ 125 bilhões, enquanto o recolhimento tributário cobre apenas cerca de 10% dessas despesas, em torno de R\$ 12,2 bilhões anuais.

A busca de soluções para essa complexa questão une entidades voltadas para a promoção da saúde, instâncias governamentais como órgãos dos ministérios da Saúde, Receita Federal, Polícia Federal, Itamaraty e Congresso Nacional, do Brasil e do Paraguai. Parlamentares paraguaios ligados à saúde e membros do executivo daquele país têm demonstrado interesse em enfrentar o problema e desde o ano passado acenam na direção da possibilidade de comprometimento, também do Paraguai, no sentido de se chegar a um acordo sobre a questão.

Protocolo da OMS

Segundo especialistas, a saída para a distribuição de cigarros paraguaios no Brasil teria um viés comercial e outro diplomático, requerendo a formalização da exportação paraguaia ao Brasil, pagando os devidos impostos e cumprindo as regulações daqui, passando também pela negociação diplomática entre representantes dos dois países, para que o Paraguai elimine as vendas ao mercado ilegal que existe entre os dois países. Porém, nada disso aconteceu em 32 anos de controvérsia e avanços do contrabando do cigarro paraguaio no mercado brasileiro. Mas hoje surge uma possibilidade concreta, a partir de um instrumento da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A OMS criou o Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, ratificado por mais de 60 países da Europa, África e Ásia, seis dos quais na América Latina, entre eles o Brasil. Ele prevê uma gama de ações coordenadas em nível internacional para combater esse tipo de comércio ilegal, como um regime mundial de rastreamento, de forma a identificar locais de contrabando e garantir que a cadeia de fornecimento de produtos de tabaco tenha registro, com o acompanhamento da linha de produção até a venda, além de troca de informações entre os governos, mecanismos de negociação e revisão de penalidades diante de violações.

Com a ratificação do Protocolo no Paraguai, haveria uma base legal para organizar e formalizar o comércio entre os dois países.

O Protocolo da OMS foi ratificado pelo Brasil em 2018 e foi criado um comitê de implementação.

No governo atual, entretanto, tudo ficou estacionado. "Seria muito importante que esse comitê retomasse as discussões para incremento de intercâmbio entre os diversos setores do governo. Precisamos definir estratégias de ação, e o melhor enfrentamento do contrabando é por meio do Protocolo da OMS", diz Mônica Andreis.

Chances de avanço

A reativação de mecanismos para avanço das medidas previstas no Protocolo também é defendida por André Szklo: "A melhor maneira de combate ao mercado ilegal de tabaco não é abaixando o preço dos cigarros legais, que no Brasil já é o segundo mais barato das Américas, atrás, apenas, do próprio Paraguai. A melhor maneira é aplicar o Protocolo, que apesar de ratificado, encontra- se estagnado." Com a dificuldade para avançar na plena implementação do Protocolo por parte do governo brasileiro, espera-se por movimentos do Paraguai nessa direção. Há

possibilidades de avanço nas tratativas com o governo vizinho nesse sentido, afirma a executiva da ACT.

"Houve um interesse de parte do Paraguai em sediar uma reunião internacional sobre o tema, no ano passado", conta Mônica Andreis. Existe, inclusive, uma sinalização de que o Protocolo da OMS pode ser tema de votação pelo Senado paraguaio, neste semestre. "Então, é uma oportunidade de retomar essa negociação e discutir o enfrentamento do problema, porque ambos os países deverão submeter suas políticas internas às regras internacionais balizadas pelo Protocolo da OMS", ela afirma.

Prazo de entrega, agora, é 31 de maio



MARIA EDUARDA ANGELI*

O prazo para envio da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física deste ano foi prorrogado. O prazo final, agora, é 31 de maio, um mês a mais do que a data-limite inicial, 29 de abril. A extensão para a entrega do ajuste de contas com a **Receita Federal** acontece pelo terceiro ano seguido.

Apesar da prorrogação do tempo para a entrega do ajuste, o cronograma para a restituição do contribuinte continua o mesmo. Neste ano, serão cinco lotes: o primeiro sai em 31 de maio e, o segundo, em 30 de junho. Para o terceiro, quarto e quinto grupo, as datas são, respectivamente, 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro. A Receita calcula que sejam entregues, este ano, algo em torno de 34,1 milhões de declarações de renda.

De acordo com a autoridade fiscal, a prorrogação visa "mitigar eventuais efeitos decorrentes da pandemia (de covid-19) que possam dificultar o preenchimento correto e envio das declarações, visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados". O adiamento foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU).

No ano de postergação, em 2020 ? quando o país sofreu o impacto da disseminação do novo coronavírus e medidas de distanciamento social tiveram de ser adotadas ?, o prazo foi estendido até 30 de junho. Em 2021, pelo mesmo motivo, a prorrogação também foi até 31 de maio.

Para Rejane Pires, diretora da Pontual Auditores e Contadores Associados, a prorrogação "não tem nenhum sentido". Segundo ela, o motivo alegado pela Receita não se sustenta, pois toda a documentação necessária para preenchimento da declaração pode ser acessada via internet.

"Além do mais, com a senha do gov.br é possível acessar a declaração on-line e já fazer a transmissão", explicou. Rejane considera que a prorrogação é apenas mais um estímulo a atrasar a entrega.

Na visão de Carlos Castrucci, sócio-fundador da HOA Asset Management, a extensão de prazo é a chance de evitar erros cometidos por causa da pressa. "Com certeza é mais uma oportunidade para os contribuintes fazerem os ajustes necessários para entregar a declaração de IR corretamente", observou.

Outra alteração é a da data da primeira parcela, ou da cota única, do imposto a pagar via débito automático. O prazo, agora, é de 10 de maio ? antes era 10 de abril.

Todos essas alterações não desobrigam o contribuinte a fazer o ajuste anual. Quem não entregar ou enviar com atraso, terá que pagar multa cujo valor mínimo é de R\$ 165,74 ? o máximo é o correspondente a 20% do imposto devido.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Saiba como informar caderneta de poupança conjunta

Contribuintes que têm caderneta de poupança conjunta, com parcelas definidas, precisam declarar a parte que cabe a cada um deles. Veja esta e outras dúvidas sobre o Imposto de Renda deste ano.

Uma conta de poupança tem dois titulares. Um com 60% e outro com 40% dos valores depositados. Como declaramos? (A.M.). Cada titular deve informar sua participação na conta, preenchendo a ficha Bens e Direitos, grupo 04, código 01. No campo específico, indique o CNPJ do banco. No campo Discriminação, informe que a conta é conjunta, bem como o nome e o CPF do outro titular, agência e número da conta. Informe ainda os saldos existentes nos campos de 2020 (se for o caso) e de 2021, na proporção que cabe a cada um.

Minha mãe tem 91 anos, vive em lar para idosos, recebe pensão do INSS (do meu pai, morto) de R\$ 20.225 e está interditada judicialmente (sou o curador). Recebe também aluguel de um imóvel em que ela residia (ela é usufrutuária). Ela precisa declarar? Posso incluí-la como dependente? (R.P.S.). É preciso avaliar se ela se enquadra em alguma situação que a obriga a declarar (bens acima de R\$ 300 mil; soma dos aluguéis acima de R\$ 28.559,70, por exemplo). Como você é o curador, ela pode ser sua dependente, independentemente de qualquer outra condição. Mas você precisa avaliar se compensa, uma vez que, sendo sua dependente, os rendimentos tributáveis dela, como os do aluquel, terão de ser somados aos seus. Faça simulações para saber se há vantagem ou não.

Recebi juros sobre capital próprio de ações em vários meses de 2021. Como declaro? (J.G.P.). Os juros sobre o capital próprio recebidos de ações devem ser declarados na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/ Definitiva. Informe no código 10 e preencha todas os dados pedidos, como fonte pagadora, CNPJ, valor etc. Também é possível declarar o valor desse rendimento direto da ficha Bens e Direitos, grupo 03, código 01, clicando no botão Informar Rend. Exclusivo do quadro Rendimentos Associados.

Minha mãe resgatou VGBL que meu pai, morto, fez em nome dela. Como declara? (M.G.B.). O comprovante de rendimentos da entidade que fez o pagamento vai indicar o tipo de tributação que incidiu sobre os rendimentos. No caso de tributação pela tabela progressiva, declare os valores na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ conforme consta no comprovante (nome, CNPJ, valor, IR retido na fonte etc.). Se a taxação foi pela tabela regressiva, informe os rendimentos na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, código 06. Declare todos os dados pedidos pelo programa.

No caso em que não há inventário e nenhum bem a partilhar, é preciso fazer a declaração de espólio? (E.A.C.). A declaração final de espólio é obrigatória somente se houver bens a inventariar. Como não há, entregue as declarações correspondentes ao ano da morte e de anos anteriores (quando obrigatórias), como se o contribuinte estivesse vivo. A entrega deve ser feita pelo cônjuge ou convivente ou por qualquer de seus dependentes ou parentes. Não havendo bens ou direitos sujeitos a inventário ou arrolamento, deve ser solicitado o cancelamento do CPF do morto, pelo cônjuge ou convivente ou por qualquer de seus dependentes ou parentes.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498 72

Entidades criticam corte no orçamento do INSS

Parlamentares e entidades analisaram a diminuição das verbas e o represamento de aposentadorias e benefícios no Brasil

A reestruturação do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a defesa da derrubada do veto presidencial que retirou quase R\$ 1 bilhão do orçamento do instituto foram temas debatidos ontem por parlamentares, federações e entidades sindicais. Em videoconferência promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), lideranças sindicais criticaram o represamento de quase 2 milhões de aposentadorias e benefícios.

A mobilização nacional pela reestruturação do atendimento do **INSS** foi marcada por ações por todo o país, com a participação de parlamentares de vários estados. Entre os pontos destacados estão a necessidade de garantir orçamento adequado para o funcionamento do **INSS**, agilizar o atendimento, revisar os processos indeferidos indevidamente, melhorar as plataformas **INSS** Digital e Meu **INSS**, e realizar concurso público para contratação de mais servidores e médicos peritos para agilizar análise de processos e atendimento à população.

O presidente da Contag, Aris-tides Santos, disse que a demora na análise e concessão de benefícios prejudica milhões de trabalhadores. "Mostramos o quanto está sendo sofrido hoje encaminhar o benefício e garantir a aposentadoria, em especial aos homens do campo", observa. Segundo Santos, muitas vezes os trabalhadores precisam enfrentar filas imensas para acessar o benefício. "De cada 100 benefícios conseguidos da **previdência social**, 40 são por vias judiciais. Isso é um absurdo", critica.

Conforme Santos, com o veto do governo federal ao Orçamento da União de 2022, o Ministério do Trabalho e Previdência perdeu R\$ R\$ 982 milhões. "Cerca 2 milhões de aposentadorias e benefícios estão represados, que não conseguem ser executados por falta de material humano e de qualidade", completa.

O senador gaúcho Paulo Paim também participou da mobilização. "Esse movimento é para salvar o **INSS**, termos mais servidores, estrutura, para que se consiga mais verbas, e para derrubar o veto para garantir previdência pública a todos", destaca. Já o presidente

da Confederação Nacional dos Trabalhadores em **Seguridade Social** (CNTSS/CUT), Benedito Augusto de Oliveira, disse que é preciso resgatar o modelo previdenciá-rio de proteção ao trabalhador do campo e da cidade. "O **INSS** é um patrimônio nacional", alerta.

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch acredita que o Congresso Nacional possa apreciar a proposta de veto ao orçamento do ministério do Trabalho. Schuch ressalta que a estrutura do **INSS** está cada vez mais precária. "O governo não cumpre a lei, o que é extremamente grave", frisa. O deputado federal gaúcho Elvino Bohn Gass, lembra da proposta da reforma da previdência. "Eu dizia que as pessoas não vão se aposentar mais ou vão se aposentar mal. E é o que estamos vendo hoje".

A senadora do Rio Grande do Norte Zenaide Maia disse que houve desmonte da **previdência social** a partir de 2019, quando começou o processo de 'pentefino' no **INSS**. "Isso dificultou tanto o acesso a benefícios como cortou outros. E exigiu dos beneficiários, que já tinham direito, que provassem que precisavam do beneficio", conclui.

Site:

https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10300

Sem sinal do governo, servidor mantém greve



Deborah Hana Cardoso

Ainda sem um aceno do governo federal nas negociações salariais, os servidores continuarão em greve por tempo indeterminado, segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Sindicato dos **Servidores Públicos** Federais do Distrito Federal (Sindsep-DF).

O Sinal explicou que, ontem, após uma reunião com membros do governo, não houve uma "proposta oficial". O presidente do sindicato da categoria, Fabio Faiad, se reuniu à tarde com o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Leonardo Sultani. Mas as conversas não avançaram. Os servidores do BC reivindicam reajuste de 26,3% e reestruturação da carreira. Um analista do Banco Central recebe, em média, R\$ 26,2 mil mensalmente.

Com o impasse, a paralisação continuará, com expectativa de ampliação de mais de 60% dos servidores da autarquia. A greve do BC preocupa, pois, segundo os servidores, pode afetar as operações envolvendo o Pix (serviço de pagamento instantâneo).

Na segunda-feira, o protesto dos servidores suspendeu a divulgação do Boletim Focus, aplicação de taxas financeiras, o monitoramento e a manutenção do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e da mesa de operações do Demab, atendimento ao público, a distribuição de moedas e cédulas.

"Devido à greve em curso no BC, o relatório Focus, o

Indeco e o Relatório de Poupança não serão divulgados nas datas previstas para a próxima semana (4 a 8/4). Oportunamente, informaremos as datas de suas respectivas publicações. O aviso sobre as novas datas será dado com pelo menos 24 horas de antecedência", informou o BC na tarde de ontem.

Os servidores da autarquia começaram a greve em 28 de março. A paralisação foi aprovada em assembleia virtual. A categoria reivindica reajuste salarial e reestruturação de carreira de analistas e técnicos do BC (demandas sem impacto financeiro).

No bloco P da Economia, uma van do Sindsep-DF era chamada de "sindicato itinerante". Além de fazer uma "vigília" pela categoria, integrantes do sindicato oferecem serviços jurídicos aos servidores, além de esclarecer sobre a campanha que exige reajuste de 19,99%.

O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira, explicou que os servidores do BC têm dialogado com outras categorias do funcionalismo, como integrantes da Advocacia-geral da União, do Ministério da Saúde, da Funai e do Ibama.

O sindicalista relatou uma preocupação entre o funcionalismo. "O governo promete aumento aos profissionais de segurança em detrimento de outros setores. Isso demonstra descaso", criticou Oton Pereira. "A gente quer que o governo apresente alguma proposta, e estamos dispostos a negociar", reiterou.

Procurado pelo Correio, o Ministério da Economia não se manifestou sobre o assunto.

Os servidores do Tesouro Nacional decidiram, em assembleia realizada ontem, manter a operação-padrão nos próximos dias. Além disso, a categoria fará nova paralisação total das atividades na quarta-feira, 13.

O presidente da Unacon Sindical, Bráulio Santiago, afirmou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que o movimento pode atrasar as divulgações e os leilões de títulos públicos.

Dólar interrompe sequência de quedas e atinge R\$ 4,65

São Paulo - O dólar deu um salto ontem, registrando alta superior a 1%, a mais forte em três semanas, com operadores recompondo parte de posições na moeda norte-americana após uma sequência de quedas que levou a cotação ao menor valor em mais de dois anos.

O clima externo arisco - ditado por temores de enxugamento de liquidez mais acelerado nos Estados Unidos e por uma atmosfera ainda bélica entre Rússia, Ucrânia e Ocidente - serviu de argumento para compras de dólares que deixaram o real entre as moedas de pior desempenho no dia.

Discussões continuadas sobre eventuais aumentos de salários de **servidores públicos** no Brasil reforçaram o viés conservador dos negócios.

O dólar à vista subiu 1,10%, a R\$ 4,6583 na venda.

É a maior alta percentual diária desde o último 14 de março (+1,31%). O dólar variou de R\$ 4,582 (-0,55%) a R\$ 4,674 (+1,44%).

A alta ocorreu depois de na véspera a divisa fechar a R\$ 4,6075, menor cotação desde 4 de março de 2020.

Lá fora, um índice do dólar frente a uma cesta de pares saltava 0,5% no fim da tarde, para máximas da sessão, após falas de uma autoridade do banco central norte-americano sugerirem redução mais rápida do balanço da instituição --o que, na prática, representaria menor oferta de dólares no sistema.

O Fed (banco central dos EUA) divulgará nesta quartafeira (6) a ata de sua última reunião de política monetária - ocorrida em março, quando elevou os juros pela primeira vez desde 2018, o que pode impactar diretamente as cotações por aqui.

O dólar cai 16,42% ante o real em 2022, o que deixa a moeda brasileira no topo do ranking global de ganhos. Uma combinação de ajuste para cima nos juros locais, exclusão de cenários extremos para as eleições presidenciais de outubro e forte aumento dos termos de troca na esteira da guerra na Ucrânia tem impulsionado a divisa brasileira.

"O movimento é respaldado por fundamentos econômicos, como temos argumentado, e pode continuar no curto prazo", disse a XP em nota na qual

baixou para R\$ 5 a projeção para o dólar ao fim de 2022 (de R\$ 5,20 do prognóstico anterior). Ainda assim, a estimativa embute alta frente ao patamar atual.

"Há riscos adiante que tendem a reverter parcialmente o movimento (de queda do dólar)", ponderou a instituição financeira, citando entre os riscos interrupção da valorização das commodities, saídas de recursos da América Latina (em caso de reabertura das economias do Leste europeu), normalização das políticas monetárias e incertezas eleitorais. (Reuters)

A reforma tributária pró-inovação (Artigo)

Fábio Veras

Um dos principais benefícios da inovação é sua contribuição para o crescimento econômico. A inovação leva a uma maior produtividade para negócios tradicionais, o que significa que a mesma entrada gera uma saída maior, agregando valor. À medida que a produtividade aumenta, mais bens e serviços são produzidos - em outras palavras, a economia cresce.

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, deu um sopro de esperança em meio à crise, articulando a votação da **reforma tributária** em esforço inédito para sua efetivação.

Ele e os senadores sabem que, em termos econômicos, a inovação determina o desenvolvimento e a aplicação de ideias e tecnologias que melhoram bens e serviços ou tornam sua produção mais eficiente. Um exemplo clássico de inovação é o desenvolvimento da tecnologia de motores a vapor no século 18, que passou a ser usada nas fábricas, permitindo a produção em massa e revolucionou o transporte com as ferrovias. Mais recentemente, a tecnologia da informação transformou a forma como as empresas produzem e vendem seus bens e serviços, abrindo novos mercados e novos modelos de negócios, revolucionando o mercado financeiro com as fintechs até a sustentabilidade com as greentechs.

O Brasil ganhou 10 unicórnios apenas ao longo de 2021 (já são 24 ao todo) - status dado a empresas nascentes de tecnologia que atingem uma avaliação de mercado bilionária em dólares, mostrando o poder criador incrível do empreendedor brasileiro.

Desonerar o investimento em desenvolvimento de tecnologia como a área de pesquisa e desenvolvimento (P D) das indústrias e do agro e desonerar o investidor anjo e o venture capital vai liberar potência atômica à nossa capacidade de multiplicar PIB, gerar empregos de qualidade e aumentar a esperança das famílias em relação à inclusão da nossa juventude no futuro.

Indústrias tradicionais, o agro brasileiro e empresas nascentes de tecnologia farão a diferença.

O Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), por exemplo, é um tributo unificado que reúne todos os **impostos** que incidem sobre bens e serviços, incluindo exploração de bens e direitos tangíveis e intangíveis e

locação de bens. Nós da indústria de tecnologia, software e negócios digitais defendemos o creditamento amplo no IBS, por acreditar que isso permitirá que as empresas tomem créditos nas aquisições de todos os bens e serviços ligados às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD I).

Hoje, exemplifico, com dados do economista-chefe da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sergio Carraro Telles, como as restrições existentes no creditamento e o Imposto Sobre Serviços (ISS) encarecem essas atividades:

PIS/Cofins: as empresas têm direito a crédito apenas nas aquisições ligadas ao desenvolvimento, sendo vedado naquelas feitas para atividades de pesquisa;

IPI: não há direito a crédito para máquinas e equipamentos e a redução de 50% prevista na Lei do Bem apenas alivia o problema;

ICMS: os créditos sobre máquinas e equipamentos não são apropriados imediatamente (parcelados em 48 meses):

ISS: incide sobre uma série de serviços ligados às atividades de PD I e que não dão direito a crédito.

Que iniciemos um novo tempo no Brasil com a prevalência de uma **reforma tributária** pró-inovação.

Fábio Veras, Presidente do Sindicato da Indústria de Softwares e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Sindinfor)

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/04/2022/p1

A reforma tributária e a síndrome de Estocolmo (Artigo)

Roberto Rocha

Você já ouviu falar da síndrome de Estocolmo? É um mecanismo que pode ser ativado pela mente humana em situações extremamente adversas, quando acreditamos não ser mais possível escapar de determinada situação.

Num sequestro, por exemplo, a mente da vítima busca uma maneira de aliviar a situação, maximizando os gestos aparentemente bondosos do sequestrador, como lhe trazer comida e água. E é assim que, por incrível que pareça, a vítima acaba criando uma relação de afeto e lealdade com o sequestrador.

Infelizmente, e guardadas as devidas proporções, parte do empresariado brasileiro parece ter sido acometida por essa terrível síndrome. Depois de décadas sendo maltratados e sufocados por um dos piores sistemas tributários do mundo, sem conseguirem reagir, esses empresários se afeiçoaram a seu agressor e a seus aliados -aqueles que lucram com o caos tributário.

Passaram a ignorar que o sistema atual esmaga a competitividade dos produtos e serviços brasileiros, que a devolução de créditos é exceção, em vez de regra, e que a insegurança jurídica impera, gerando R\$ 5,4 trilhões em contencioso tributário (dados do Insper). Bloquearam também a memória de que foi esse nefasto sistema que levou diversas empresas brasileiras a fechar as portas ou a migrar para outros países. Ao mesmo tempo, passaram a cultuar gestos como benefícios fiscais pontuais, créditos presumidos, decisões judiciais e planejamentos tributários.

Para a vítima de um sequestro, a cura da síndrome de Estocolmo está associada ao apoio da família e à psicoterapia, que a levam a recuperar sua consciência e conseguir diferenciar o bem do mal. Para as vítimas do atual sistema tributário, a cura deve estar no conhecimento das melhores práticas internacionais, das recomendações da OCDE e do Banco Mundial, e de estudos publicados por instituições e pesquisadores brasileiros sobre os impactos da reforma tributária do consumo para o país. Essa cura só virá se as vítimas questionarem informações distorcidas e contas feitas no papel de pão e desconfiarem de soluções mágicas -algumas das quais já experimentadas pelo Brasil, sem êxito.

Ao verificarem que o modelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), proposto pela PEC 110/2019, funciona em 178 dos 195 países do mundo e que todos os setores serão beneficiados pelos resultados da **reforma tributária**, os empresários acometidos pela síndrome de Estocolmo certamente perceberão que seu algoz é o atual manicômio tributário, não o novo modelo proposto.

A PEC 110 deverá ser votada nesta quarta-feira (6) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Após três anos de tramitação, 20 debates públicos, centenas de reuniões, 253 emendas analisadas e muito diálogo e aperfeiçoamentos, a proposta está madura. Por isso estou convicto de que a racionalidade prevalecerá, para o bem de todos os brasileiros, em especial dos que mais precisam.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498 72&anchor=6453543&pd=573ee6c979d67f9efa0406ae985 c6383

Carga tributária não para de subir (Editorial)



Ninguém aguenta mais essa carga tributária "enorme e escorchante", dizia há pouco mais de um ano o presidente Jair Bolsonaro, referindo-se a um dos maiores pesos que a economia tem de suportar para sustentar um setor público ineficiente e caro demais. O que diria agora, depois que um relatório do próprio governo mostrou que a carga tributária aumentou de 31,77% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 para 33,90% no ano passado? Com esse aumento de 2,13 pontos porcentuais, a carga tributária de 2021 é a maior dos últimos 12 anos.

Após criticar a carga tributária no início do ano passado, Bolsonaro garantiu que o ministro da Economia, Paulo Guedes, buscava uma reforma tributária "para buscarmos uma solução para isso". Meses depois, voltaria a criticar a carga tributária, "enorme", e a insistir na necessidade de reformas. Retomava um tema que agitava desde a campanha eleitoral. Medidas pontuais foram anunciadas, mas elas não alteram a estrutura tributária que produz essa carga tributária realmente excessiva.

Queda no peso dos <u>tributos</u> sobre a economia foi registrada em 2020 excepcionalmente, interrompendo uma sequência de alta que se observava desde 2014.

Mas 2020 foi um ano excepcional, por causa da pandemia.

À paralisação de diversos segmentos da economia, governos de vários países responderam com medidas de apoio às empresas. Entre as medidas, além da

ampliação da oferta de crédito, estava o adiamento do recolhimento de <u>tributos</u>. A drástica redução da atividade, de sua parte, também fez cair a arrecadação.

São esses os principais fatores que explicam a redução da carga tributária em 2020. Não houve uma decisão deliberada do governo nesse sentido. A alta no ano passado, de sua parte, se explica pela retomada da atividade econômica depois da queda brutal em 2020 e pelo recolhimento de **tributos** adiados no exercício anterior. Também neste caso pouco se pode dizer de ação deliberada do governo.

O relatório do Tesouro Nacional com a estimativa da carga tributária bruta envolvendo os três níveis de governo mostra que, no Brasil, esse peso é, historicamente, maior do que a carga média da América Latina, que passou de 20,95% do PIB da região em 2010 para 22,95% em 2019.

Mostra também que o peso dos <u>tributos</u> no Brasil é equivalente ao da média dos países associados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A OCDE é formada pelos países mais desenvolvidos do mundo, nos quais à carga tributária mais alta correspondem serviços públicos melhores.

No Brasil, a má qualidade desses serviços foi acentuada pelo descaso do governo Bolsonaro com setores essenciais como saúde e educação, bem como seu desprezo pela preservação do meio ambiente.

A arrecadação em alta criou uma folga financeira para o governo, que até reduziu alguns <u>tributos</u>, mas não se preparou para os desafios que a situação fiscal continua a apresentar. O equilíbrio das contas públicas não está assegurado. O avanço do Centrão sobre o Orçamento é outra ameaça ao equilíbrio fiscal, qualquer que seja a carga tributária.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Tributando os pobres e prejudicando os negócios (Artigo)

Eduardo Fleury é advogado e Economista, Consultor do Banco Mundial, Mestre e Doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Universidade da Florida (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda) e especialista em Direito de Empresas Americano pela Harvard Extension School

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

Armadilha tributária (Editorial)

A votação de mudanças na **legislação tributária** está prevista para acontecer nesta semana no Senado.

A tentativa de debater o tema esbarra em divergências entre os parlamentares sobre detalhes da proposta. Outro fator que pesa na hora de tratar problemas estruturais como esse é o ano eleitoral.

Essa postura historicamente protelatória impede que o Brasil tenha um sistema de cobrança de **impostos** verdadeiramente moderno. As chamadas "reformas" sempre se limitaram a mudanças pontuais e que atingem setores isolados da economia e da sociedade.

No ano passado, o país registrou a maior carga tributária em 12 anos, o equivalente a 33,9% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estudo do Tesouro Nacional. A maior parte dessa carga vai para os cofres do governo federal e corresponde a 22,48% do PIB.

Sem a elaboração de uma reforma abrangente, o desenvolvimento do Brasil segue comprometido.

O atual sistema tributário é incapaz, por exemplo, de acompanhar a economia digital, que ganhou força na última década. Também não estimula a preservação ambiental, uma demanda cada vez mais urgente nos últimos anos.

Mas a face mais cruel da pesada carga tributária se revela na injustiça social. O estudo do Tesouro mostra que os **impostos** sobre bens e serviços estão no topo da lista e correspondem a 17,7% do **PIB**. O resultado é um sistema que penaliza mais os pobres, exatamente aqueles que mais precisam e menos têm retorno em forma de serviços públicos de qualidade.

A inversão dessa lógica depende de uma **reforma tributária** que olhe para a frente, sem os estigmas ideológicos que marcam as discussões sobre o tema no Brasil e que confundem a opinião pública.

Site:

http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16623

Reforma no Senado propõe fim de isenção de imposto em itens da cesta básica

Do UOL, em Brasília

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado pode votar nesta quarta-feira (6) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 110, que promove a reforma de **impostos** no Brasil. A proposta é o primeiro item da pauta da sessão da CCJ. A **reforma tributária**, que conta com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê fusão de **impostos**, fim da atual isenção de **tributos** para produtos da cesta básica e um programa de pagamentos a famílias de baixa renda.

Esse programa de pagamentos compensaria, entre as famílias mais pobres, o fim da isenção de **tributos** para produtos da cesta básica.

A intenção declarada de Pacheco é colocar a PEC para discussão no plenário do Senado tão logo a proposta seja aprovada na CCJ. Relatada pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), a proposta também é defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes .

Recentemente, Guedes criticou a lentidão ao tratar da **reforma tributária**. Segundo ele, a proposta teria sido bloqueada por interesses . Se aprovado no Senado, o texto ainda precisará passar pela Câmara dos Deputados.

Como 2022 é ano eleitoral, há dúvidas entre os parlamentares e no próprio governo se haveria margem para aprovação de uma reforma tão importante e polêmica no último ano do atual mandato de Jair Bolsonaro (PL).

No dia 21, o próprio Bolsonaro afirmou que a **reforma tributária** não deve avançar neste ano , em função das eleições. O presidente tentará a reeleição.

O texto final do relator prevê três <u>impostos</u> principais. Dois deles unificam cobranças já existentes nas esferas federal, estadual e municipal:

Esse sistema de dois <u>impostos</u> (um para a esfera federal e outro para a esfera estadual e municipal) é conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual.

A lógica do IVA Dual é adotada por outros países e vem sendo defendida pelo Ministério da Economia

desde o início do governo Bolsonaro.

O CBS e o IBS são não cumulativos. Isso significa que, a cada etapa da cadeia produtiva, paga-se apenas sobre o valor agregado ao produto ou serviço.

O projeto traz ainda o IS (Imposto Seletivo), que substituiria o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O objetivo do IS seria desestimular o consumo de certos bens e serviços, como bebidas e derivados do tabaco. O governo teria um prazo para definir essa cobrança.

Ficaram de fora da proposta alguns **tributos** que antes se pretendia unificar, como IOF, Cide- combustíveis e salário-educação.

A ideia é que o IBS, que unifica impostos estaduais e municipais, tenha legislação única, por meio de Lei Complementar a ser aprovada depois. Essa Lei também irá definir detalhes como base de incidência e formas de recuperar o crédito pelo imposto pago nas etapas anteriores da cadeia, já que é um imposto não cumulativo -incide apenas sobre o valor agregado a cada etapa da produção. A cobrança seria feita sempre no destino da mercadoria ou do serviço.

Cada estado ou município poderá fixar sua própria alíquota, mas ela será uniforme para bens e serviços. Ainda assim, a Lei Complementar poderá trazer exceções (alíquotas especiais) como:

A Lei Complementar também pode trazer isenções, alíquotas menores ou até devolução de imposto para setores importantes do ponto de vista social , por exemplo:

Embora a definição da maior parte das exceções fique para a Lei Complementar, a proposta já prevê situações em que esses benefícios deverão ser adotados. É o caso das compras governamentais, da Zona Franca de Manaus, das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e do Simples Nacional.

A alíquota única, imposta a todos os entes da Federação, além de potencialmente ferir sua autonomia, seria ineficiente. Isso porque, como as necessidades de gasto variam entre estados e municípios, as necessidades de arrecadação também

devem variar, escreveu o relator.

O imposto não integrará a base de cálculo, o que acaba com o imposto por dentro, que é considerado por especialistas um dos grandes problemas do sistema atual.

O relatório prevê que a receita que cada estado arrecadar com o IBS será distribuída da seguinte forma com os municípios:

A ideia do projeto é substituir isenções atuais de produtos da cesta básica por um programa que devolve parte dos <u>impostos</u> só para famílias que estão no CadÚnico -cadastro do governo federal para pessoas de baixa renda, usado para selecionar beneficiários do Auxílio Brasil e de outros programas.

O relator do projeto cita estudos que apontam a baixa eficiência da redução de <u>impostos</u> sobre produtos essenciais, pois eles são consumidos também por famílias ricas. Além disso, o imposto mais baixo nem sempre é repassado ao preço final. Assim, seria mais eficiente restituir diretamente para as famílias de baixa renda os valores pagos a título de **tributos**.

O relatório, porém, não traz detalhes sobre como essa devolução será feita, deixando as determinações para uma lei complementar, a ser discutida depois da reforma.

A ideia é que o IS (Imposto Seletivo), substituto do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), recaia sobre produção, importação ou comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Não haveria cobrança nas exportações.

Trata-se de um instrumento que poderá ser de grande relevância para a política de mitigação das mudanças climáticas, escreveu o relator.

A proposta de tributar o pecado já foi defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e por membros de sua equipe.

O IS seria de competência da União, com arrecadação partilhada com estados, Distrito Federal e municípios, seguindo os mesmos critérios atualmente previstos para o IPI. As alíquotas seriam definidas em lei ordinária, mas o governo teria alguma liberdade para modificá-las.

Além de unificar impostos cobrados sobre o consumo, o projeto também faz mudanças no IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Pelo texto, passariam a ser tributados veículos aquáticos e aéreos, como iates e jatinhos, que hoje são isentos .

Segundo o relatório do senador Paulo Rocha, não seriam tributados os veículos de uso comercial que são destinados a empresas de pesca artesanal, transporte público de passageiros ou transporte de cargas. Veículos aquáticos de populações indígenas e ribeirinhas, utilizados para atividades de subsistência, também ficariam isentos.

A proposta do relator prevê ainda que o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) tenha sua base de cálculo atualizada ao menos uma vez a cada quatro anos, tendo como limite o valor de mercado do imóvel.

Site:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/06/ reforma-tributaria-sera-avaliada-em-comissao-dosenado-entenda-proposta.htm

Entrevista com Ricardo Caldas sobre a votação da reforma tributaria

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2022/04/06/RDIONACIONAL DEBRASLIAFM961DF-07.35.48-07.39.08-1649244230.mp3

Pacheco diz ter 'boas expectativas' em relação à votação da reforma tributária

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2022/04/06/RDIONACIONAL DEBRASLIAFM961DF-07.31.15-07.35.05-1649244149.mp3

Mitos tributários (Editorial)

Paga-se muito imposto no Brasil, o que é um fato sabido, e dados recém-divulgados indicam que nunca se pagou tanto quanto no ano passado. Leituras precipitadas ou oportunistas dos números, no entanto, tendem a produzir decisões desastradas como as que já ensaia o governo Jair Bolsonaro (PL).

Segundo cálculo do Tesouro Nacional, a carga tributária -correspondente à arrecadação de União, estados e municípios como proporção da renda nacional- chegou a 33,9% do Produto Interno Bruto, um patamar sem dúvida elevado para um país emergente.

Percentuais mais altos, chegando a rondar os 45% do PIB, praticamente só são encontrados em países europeus mais ricos e de histórico social-democrata, como França, Suécia e Itália. A carga brasileira supera a de potências econômicas como Estados Unidos e Japão.

Isso dito, cumpre qualificar o recorde do ano passado - uma alta de mais de 2 pontos percentuais sobre os 31.77% de 2020.

Esse aumento não se deveu a alguma ofensiva do governo em busca de receita, à criação de **tributos** nem a aumento de alíquotas. Trata-se, principalmente, de um efeito da retomada de atividades após o pior momento da pandemia.

Em recuperações assim, não é incomum que a arrecadação cresça por algum tempo em ritmo superior ao do **PIB**. Nesse caso, partiu-se de uma base muito deprimida: a carga de 2020 foi a mais baixa medida desde 2010, quando começa a série estatística do Tesouro.

Com outras fontes, nota-se que o indicador tem variado pouco desde meados da década de 2000, após forte elevação no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

É no mínimo precipitado, pois, concluir que a arrecadação vá subir continuamente -e, pior ainda, imaginar que haja dinheiro sobrando no governo. Conceder generosos benefícios tributários a esta altura, como se começa a fazer com o IPI, vai elevar um déficit orçamentário já excessivo.

Sem um controle da despesa e da dívida pública, a margem para cortar a carga tributária é estreita. Podese, sim, melhorar sua distribuição, reduzindo o peso dos **impostos** sobre o consumo e ampliando o da taxação direta da renda.

Essa reforma deve privilegiar normas estáveis e compreensíveis a todos, em vez de benesses distribuídas a setores escolhidos a dedo pelas autoridades de turno.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498 72&anchor=6453543&pd=573ee6c979d67f9efa0406ae985 c6383

Bandeiras do retrocesso (Editorial)

Retrocesso é uma palavra fraca, e até gentil, para resumir as propostas de líderes empresariais empenhados em recriar uma aberração, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e em fortalecer o arbítrio político sobre setores hoje disciplinados por agências reguladoras.

Se tiverem sucesso, atenderão à fome pantagruélica do Centrão e ao intervencionismo do presidente Jair Bolsonaro.

Reunidas no Instituto Unidos Brasil, cerca de 60 empresas devem apresentar ao Congresso três propostas desenhadas, segundo fontes citadas pelo Estadão, para "melhorar o ambiente de negócios".

A recriação da CPMF, com outro nome e com uma alíquota próxima de 0,1%, é apresentada como forma de compensar a desoneração da folha de salários. Propor a compensação é um cuidado elogiável, mas a solução é muito ruim. Além de ser cumulativa, a CPMF é um tributo muito peculiar, estranho aos padrões seguidos, modernamente, no mundo civilizado. Não incide especificamente sobre a produção e a comercialização de bens e serviços, nem sobre operações financeiras, nem sobre rendimentos (salários, lucros, juros ou aluguéis). Incide sobre a mera movimentação de dinheiro.

Quando uma pessoa compra um quilo de batatas ou uma garrafa de cerveja, num supermercado, paga o ICMS, um tributo estadual, pelo ato da compra.

Outros **impostos** podem ter sido cobrados em outras etapas, incidindo, por exemplo, sobre a produção industrial.

Mas um tributo como a CPMF incide sobre o ato de pagar.

O contribuinte, nesse caso, paga um imposto pela compra, um elo da circulação da mercadoria, e em seguida tem de pagar um tributo sobre o ato do pagamento, isto é, sobre a mera liquidação de um negócio já tributado. O ICMS, é importante lembrar, já estará incluído na base de cálculo da CPMF. Se essa pessoa, no dia seguinte, enviar um dinheirinho à mãe, para ajudá-la a sobreviver em algum lugar longínquo, pagará o imposto sobre o valor remetido. Não há diferença entre essa remessa e a revenda, com lucro, de um lote de ações numa bolsa de valores.

Assim era cobrada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, extinta em 2007. Petistas tentaram ressuscitá-la, assim como o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, mas nunca houve, até agora, suficiente apoio político ou técnico a esse tipo de iniciativa.

Empresários tentarão mudar esse jogo, para compensar de forma aberrante uma possível desoneração da folha de salários. Mas a mera desoneração é um objetivo limitado. Pode-se alcançar muito mais com uma reforma ampla do sistema tributário. Com uma reforma bem desenhada, o sistema pode tornar-se mais funcional e mais equitativo, tornando o País mais eficiente, mais competitivo e socialmente mais justo.

Empresários interessados nesses objetivos deveriam, em primeiro lugar, conhecer e discutir propostas interessantes e tecnicamente bem fundadas - nenhuma delas proveniente do Executivo - já em andamento no Congresso e formuladas, pelo menos em parte, por gente especializada.

Se esses empresários, no entanto, estivessem realmente voltados para a modernização do Brasil, nunca tentariam enfraquecer as agências reguladoras. Ao sustentar essa bandeira, favorecem uma perigosa iniciativa do presidente Jair Bolsonaro, empenhado em transferir funções das agências para conselhos ministeriais, sujeitos a interferências políticas e a barganhas entre o Executivo e grupos parlamentares.

Além disso, esses empresários pensariam muito mais antes de propor qualquer emenda para limitar um suposto "ativismo judicial" em nome da preservação de medidas provisórias sobre liberdade econômica. A construção e a preservação de um saudável ambiente de negócios dependem de muitos fatores, como a solidez das instituições democráticas, a segurança jurídica, o funcionamento de um mercado sujeito a normas civilizadas, a adoção de impulsos autocráticos de qualquer mandatário. Não se alcançará nenhuma dessas condições apoiando o intervencionismo bolsonariano, tão aberrante numa democracia quanto a CPMF num sistema tributário moderno.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Mercados recuam à espera de ata do Fed

Gabriel Roca, Felipe Saturnino e Igor Sodré

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Site

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

STJ veda exclusão de isenção de ICMS do cálculo de IR e CSLL

Joice Bacelo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Governo tenta ganhar tempo para indicações



ROSANA HESSEL

Preocupado em reduzir a rejeição popular devido à escalada da **inflação**, em grande parte, por conta da alta dos preços dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pode ter dado um tiro no pé ao tentar trocar o comando da Petrobras após o último reajuste, em março. Para especialistas, o chefe do Executivo criou um problema para ele mesmo em pleno ano eleitoral e mostrou desconhecimento dos padrões de governança da estatal.

Com a desistência de dois nomes indicados a Bolsonaro pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o Planalto corre contra o tempo para conseguir outros substitutos até a próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), marcada para o dia 13, quando também será apreciado o balanço financeiro de 2021. Não está descartado que seja excluída da pauta a votação do novo Conselho de Administração. O mandato do atual presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, seria, portanto, estendido até a definição dos novos nomes.

A indicação de Adriano Pires ? sócio e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) ? para presidir a estatal é mais uma prova dessa tentativa frustrada de Bolsonaro de interferir na empresa, segundo analistas. Eles dizem que faltou checar as indicações, feitas no afogadilho. Apesar de ser um técnico qualificado da área, Pires e o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, indicado para comandar o Conselho de Administração, são amigos do empresário Carlos Seabra Suarez, um dos fundadores da empreiteira OAS, que esteve no olho do escândalo do Petrolão. Essa amizade foi apontada no relatório da Diretoria de Governança e Conformidade (DGC) da estatal e tornou-se um dos motivos para que ambos desistissem da indicação antes mesmo de serem barrados na votação na AGO.

A proximidade de Pires e Landim com caciques do Centrão, como Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara; e Ciro Nogueira (PP-PI), ministro-chefe da Casa Civil, também levantou suspeitas. Landim ainda tinha uma condenação no Tribunal de Contas da União (TCU) que pesava contra a indicação, na contramão dos pré-requisitos, como conhecimento técnico e conduta ilibada. O Ministério Público junto ao TCU ainda apontou conflito de interesses na indicação de Pires antes de o economista anunciar a desistência do cargo.

"Agora, o governo vai ter de arrumar uma pessoa que atenda aos requisitos básicos da Lei das Estatais e defenda a empresa de indicação política. O mais importante é preservar a estatal das tentativas de interferências do Centrão e não destruir o que se levou tanto tempo para ser reconstruído", afirmou a economista e advogada Elena Landau, ex-diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para ela, essa obsessão apenas em relação aos combustíveis tem deixado um problema maior, que é o aumento das tarifas de energia elétrica, cujas empresas do setor já tiveram subsídios e empréstimos bilionários que não frearam o aumento da tarifa. "O custo da conta de luz não para de crescer", lamentou.

Enrosco

William Nozaki, coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), avaliou que "essa confusão se transformou em um tremendo enrosco para o governo, que escolheu Pires e Landim como se estivesse entregando as responsabilidades para dois grandes setores que têm se incomodado com a PPI (Preço de Paridade Internacional)". "Landim contava com apoio de Lira e Nogueira para ter uma interlocução com a ala política, e Pires tem uma rede de relações de empresas do setor que também estavam incomodadas com a velocidade do repasse de preços dos combustíveis", ressaltou.

Na avaliação de Nozaki, tudo isso mostrou que Bolsonaro está preocupado em tirar do colo dele o custo do aumento dos combustíveis, entregando indicações para as bases de apoio, mas ele "se colocou em uma situação desconfortável". "A PPI tem sido um cemitério de presidentes da Petrobras", frisou, citando os ex-dirigentes que caíram após sucessivos reajustes de preços, como Pedro Parente e Roberto

Castello Branco.

De acordo com Nozaki, a AGO do dia 13 precisará ocorrer, porque foi agendada para discutir o balanço de 2021. "A questão é se Bolsonaro vai conseguir indicar novos nomes em tempo da assembleia ou estender o mandato atual até conseguir encontrar os substitutos de Pires e de Landim", acrescentou. Para ele, esse episódio "mostrou que os instrumentos de governança da Petrobras estão funcionando em momentos delicados".

»»Lira defende privatização

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a criticar o modelo de governança da Petrobras. "Se ela não tem nenhum benefício para o Estado nem para o povo brasileiro, que vive reclamando todos os dias dos preços dos combustíveis, que seja privatizada", disse.

Segundo ele, não há ainda plano de revisar a Lei das Estatais, que determina exigências para cargos de direção nessas companhias, e privatizar a empresa. Ele criticou novamente as regras que apontaram conflito de interesse na atuação do economista Adriano Pires. "O compliance que existe na Lei das Estatais e, principalmente, na questão da Petrobras, inviabiliza qualquer pessoa do ramo a atuar como presidente."

Passagens nas alturas



LUANA PATRIOLINORAPHAEL PATI*

Os consumidores levaram um susto nas últimas semanas com os preços das passagens aéreas no Brasil. As tarifas médias subiram até 40% em março, em relação ao mês anterior, segundo levantamentos realizados pelas plataformas Kayak e Decolar. O aumento se deve, principalmente, à alta no preço do barril de petróleo, causado pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

A carestia é acentuada nas rotas de alta demanda, especialmente no mercado doméstico. A diretora de voos da Decolar, Daniela Araujo, destaca que o aquecimento do setor de viagens já é uma realidade, por conta do afrouxamento das medidas sanitárias contra a covid-19 no mundo.

"Depois de dois anos de pandemia, a retomada é algo que está claro. A gente vê a busca, tanto doméstica quanto internacional", aponta. Segundo Araujo, a pandemia também influenciou no padrão de comportamento dos viajantes. "Há um aumento na busca por tarifas flexíveis. Na pandemia, entendemos que os planos podem mudar. Há muita procura por passagens em que é possível alterar datas", ressalta.

A especialista avisa ao consumidor que algumas estratégias devem ser revistas. Segundo ela, o conhecido truque de procurar passagem de madrugada na internet não funciona mais. "Por meio de alertas, as pessoas recebem ofertas com antecedência. Há ferramentas de inteligência artificial, de acordo com o perfil do consumidor, que podem ser acionadas a qualquer hora", diz Araujo.

Com a retomada das viagens aéreas, a aposentada Mirtes de Oliveira, 66 anos, comprou uma passagem de Brasília para Palmas (TO), para visitar a família. Mas ela reclama dos altos custos dos bilhetes mesmo antes da pandemia. "A gente já estava enfrentando essa dificuldade em relação aos preços abusivos de tudo. Depois, com a pandemia, nem se fala. As coisas ficaram bem complicadas e atualmente está abusivo. Eu só estou viajando porque comprei essa passagem há um ano", diz.

Mirtes de Oliveira colocou em prática uma estratégia considerada fundamental pelos especialistas, nesse cenário turbulento para quem quer viajar: planejamento. "O primeiro ponto é comprar tudo com antecedência. A regra de se planejar para pagar mais barato vale sempre", ressalta Daniela Araujo, da Decolar.

O advogado Fábio Isidoro, 38 anos, frequenta a ponte aérea. Ele viaja toda semana de São Paulo para Brasília. O aumento de preços é uma realidade, já que ele costuma comprar as passagens em cima da hora. "Comparado com o pré-pandemia, está uns 30 a 40% mais caro. Óbvio que os insumos de combustível, principalmente, encareceram junto", constata.

O especialista em educação financeira e milhas aéreas José Passos aponta que o consumidor pode amenizar os preços usando a quebra de trechos e escalas. "Pode cotar os voos para aeroportos próximos do seu destino final e, de lá, pegar um novo". A melhor dica, porém, é se programar. "Sempre pesquisar com bastante antecedência seu voo e utilizar milhas na emissão da sua passagem. Isso requer planejamento", recomenda.

Aumento expressivo

Os estudos sobre o comportamento das tarifas aéreas analisam períodos e destinos diferentes, mas ambos indicam uma alta inequívoca de preços. A alta ocorreu, inclusive, antes do conflito entre Rússia e Ucrânia, que provocou uma alta generalizada dos combustíveis.

Na comparação com fevereiro, a pesquisa da Decolar mostra aumentos entre 16% e 40% nas rotas que partem dos aeroportos de São Paulo (Congonhas e Guarulhos). A Kayak, por sua vez, identificou que, na comparação com o mês de janeiro, os preços de passagens para São Paulo e Rio de Janeiro, partindo de diferentes locais, subiram 49% e 47% no período, respectivamente. O preço médio de um bilhete a São Paulo em março foi de R\$ 1.021 e ao Rio, R\$ 1.037.

Ainda segundo a Kayak, os dez destinos nacionais com maior demanda tiveram aumentos de preço superiores a 30% na comparação entre janeiro e março. A lista inclui Recife, Salvador, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Brasília, Natal e Florianópolis. A maior alta ocorreu nos trechos para a capital catarinense, de 51%.

O aumento dos combustíveis é fator crítico para a alta das passagens, mas especialistas listam outras variáveis. "As passagens aéreas são destaque no grupo de transporte no cálculo da **inflação** e isso se deve basicamente a dois motivos. Primeiro, o preço dos combustíveis, que mesmo com uma leve queda no dólar, tem um componente cambial pesado", explica o economista Vinicius do Carmo, especialista em tributação.

"Segundo, um aumento na demanda, seja pela aproximação das temporadas de alta de meio de ano, seja, como no caso das passagens internacionais, pela liberalização dos roteiros, indicada pelo fim das restrições em razão da pandemia", ressalta Carmo.

O advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito do consumidor, aconselha ao consumidor a atenção para práticas abusivas, quando há aumentos sem justa causa. "O Código de Defesa do Consumidor proíbe essa prática e prevê, ainda, a proteção, responsabilidade do fornecedor e do serviço, bem como aplica penalidade por práticas abusivas. Contudo, a fiscalização depende da atuação de outros órgãos, como o Procon", pondera.

Segundo Gomes, caso o consumidor se sinta lesado, é possível fazer uma reclamação diretamente com a companhia aérea, com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ou diretamente no Procon.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Dicas de viagem

Siga alguns passos que podem ajudar a enfrentar o alto preço das passagens.

- » Planeje a viagem com antecedência.
- » Busque pacotes de viagens, em vez de comprar tudo separado.

Geralmente, a compra conjunta sai mais em conta.

- » Faça orçamentos com diferentes empresas.
- » Fique atento à época do ano.

Período de férias escolares e feriados prolongados têm alta demanda e costumam estar com preços muito elevados.

» Procure diferentes formas de pagamento. Procure pagar o máximo possível antes do dia do embarque.

Custo de vida em disparada



O comerciante José Maria tenta organizar agenda de entregas para economizar no consumo de combustíveis e não levar prejuízo no trabalho



O aposentado José Santana tenta driblar os preços com pesquisa nos sacolões: na cesta básica, tomate liderou as altas, com reajuste de 29,92%

Mariana Costa

O custo de vida em Belo Horizonte aumentou 1,39% em março, impulsionado pelas altas dos preços dos combustíveis e dos alimentos in natura. A **inflação** para famílias com renda de até 40 salários mínimos no mês equivale a quase sete vezes a registrada em fevereiro, que ficou em 0,21%, depois de recuar em relação a janeiro, aponta o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado ontem pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), vinculada à UFMG. A **inflação** acumulada no ano está em 3,64% e nos últimos 12 meses em 10,83%.

"Tivemos um aumento bastante substancial dos combustíveis em março. Eles foram um dos principais fatores desse aumento grande da **inflação** que

tivemos no mês, puxado principalmente pela gasolina comum. A alimentação como um todo também subiu, principalmente os alimentos in natura. Eles causam um impacto grande no dia a dia da população", explica Eduardo Antunes, gerente de pesquisas da Fundação Ipead.

Dos 11 itens agregados que compõem o IPCA, os maiores destaques, em termos de variação, foram as altas de 11,02% para Alimentos in natura, 2,47% para Bebidas em bares e restaurantes, 2,25% para Vestuário e complementos, 1,91% para Transporte, comunicação, energia elétrica, combustíveis, água e IPTU, 1,64% para Alimentos industrializados, 1,61% para Despesas pessoais, e 1,07% para Encargos e manutenção. No sentido oposto, destaca-se a queda de 1,03% para Artigos de residência.

Segundo Antunes, os preços dos alimentos in natura ainda sofrem o impacto das chuvas de janeiro. "A produção ainda não se recuperou desse processo climático todo. Tivemos menor produção também. A área de plantio do tomate e da cenoura foi menor e isso acabou contribuindo para que os preços subissem nesse período", explicou.

O gerente de pesquisas ressalta que o setor ainda estava se ajustando ao arrefecimento da pandemia. "Mas ainda não conseguiu se ajustar completamente e o processo climático acabou potencializando esse problema na safra, elevando demais o preço desses produtos."

A gasolina comum foi o produto que mais contribuiu para o aumento no custo de vida em março, com alta de 7,11%. Outros itens que pesaram no orçamento familiar foram automóvel novo (7%), gás de cozinha (7,27%), assinatura de telefonia fixa (7,47%) e condomínio residencial (1,51%).

Antunes afirma que, neste momento, é difícil fazer qualquer tipo de previsão para os próximos meses. "Nunca tivemos tantos acontecimentos, em um curto espaço de tempo, que influenciassem tanto os preços como neste período em que estamos vivendo." Ele cita a pandemia, a queda de produção em alguns setores, a retomada da produção, que não aconteceu totalmente, além da falta de insumos.

"Agora temos o conflito entre Rússia e Ucrânia, que acaba prejudicando o mundo, já que a Rússia é grande produtora de fertilizantes e está sofrendo embargos por causa da guerra. A produção de

petróleo também sofre esse impacto. O barril de petróleo começa a ser alvo de especulação de mercado e fica mais caro. Estamos também em um ano eleitoral, que sempre sofre com especulações."

RECORDE NA CESTA BÁSICA

Também divulgado ontem pelo Ipead, o custo da cesta básica, que representa os gastos de um trabalhador adulto com a alimentação, sofreu um forte aumento em março, de 7,76%. Os 13 produtos que compõem a cesta -açúcar cristal (3kg), farinha de trigo (1,5kg), café (0,6kg), arroz (3kg), batata inglesa (6kg), óleo de soja (1 unidade), manteiga (750g), leite pasteurizado (7,5l), feijão-carioquinha (4,5kg), chã de dentro (6kg), pão francês (6kg), banana caturra (12kg) e tomate santa cruz (9kg) - fecharam março ao custo de R\$ 695,41, o que representa 57,38% do salário mínimo. A variação mensal foi a maior desde dezembro de 2019, quando atingiu 12,05%.

Os principais responsáveis pela elevação foram o tomate santa cruz (29,92%), a banana caturra (23,34%) e o pão francês (5,81%). "O destaque é o tomate, que já subiu 61% no ano e em 12 meses mais de 130%. Ele vem sofrendo pelo problema de readequação de produção e das chuvas", explica Antunes. No ano, a cesta básica acumula alta de 14,22% em Belo Horizonte e em 12 meses, 25,91%.

Com a pressão inflacionária, o jeito é buscar alternativas para tentar economizar e até mesmo para garantir a renda. O comerciante José Maria da Silva, de 64 anos, precisa do carro para trabalhar. Mas, com o aumento no preço da gasolina, não é mais possível encher o tanque. "Se posso colocar R\$ 100, coloco. Se posso colocar R\$ 200, coloco. Se sobra um dinheiro, coloco um pouco mais. Trabalho com hortifrutigranjeiros, então vou para a Ceasa e faço entrega com o carro."

Para tentar economizar, ele conta que se planeja para fazer mais entregas de uma única vez. "Em vez de eu ir em uma única entrega, junto três ou quatro para sair uma vez só. Procuro também sincronizar as rotas para tentar não gastar tanto combustível."

Já o aposentado José Santana, de 73, reclama do preço dos alimentos no sacolão. "Está aumentando quase todo dia. Vou um dia e compro alguma coisa, no outro compro outra." Apesar disso, ele afirma que ainda não deixou de comprar nenhum produto, já que conta com a ajuda dos filhos. "Compro mais frutas, que também estão muito caras." Santana admite, porém, que confere os preços nos estabelecimentos perto de casa antes de comprar. "Vou em um e no outro e vejo os preços. E escolho o que estiver mais barato."

Planejamento é essencial para economizar

Diante do cenário de incertezas dos próximos meses, os consumidores devem ficar atentos para não estourar o orçamento doméstico. Marcos Alves, especialista em planejamento financeiro da Consultoria Tailor, dá algumas dicas. A primeira seria o orçamento estático. "A pessoa deve começar o mês sabendo o que vai gastar, quais são os recursos e para onde eles vão."

Outro ponto é ficar atento aos gastos supérfluos com comida. "As pessoas que compram por aplicativo de comida, por exemplo, às vezes não percebem (os gastos). A redução na compra deste tipo de produto seria interessante para a pessoa que recebe um salário menor e está em uma situação econômica mais apertada. A dica é evitar ao máximo."

Para os alimentos que estão mais caros no momento, a orientação é tentar substituir por outros com preços mais em conta. "Se a pessoa consegue evitar a compra desses produtos que estão um pouco mais caros e tentar substituir por outros temporariamente, já ajuda no orçamento. Na hora de fazer a compra, é bom as pessoas listarem o que realmente precisam também, para não ficarem perdidas e levar o que não deveriam para a casa."

Já em relação aos combustíveis, a dica do especialista é "usar mais o transporte público, que é acessível, e evitar o transporte por aplicativo". A troca da gasolina pelo etanol deve ser analisada, já que não beneficia todos os motoristas, segundo Alves. "Com o etanol, o carro não tem a mesma performance. Ele é mais barato, mas o carro vai desenvolver menos e a pessoa vai ter praticamente o mesmo gasto. Para algumas pessoas pode compensar, como motorista de aplicativo que tem um carro econômico e que usa o carro o dia inteiro. Para ele vale a pena o etanol."

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/04/2022/p1

PREÇOS AO CONSUMIDOR

CONFIRA OS NÚMEROS DO IPCA E AS MAIORES VARIAÇÕES DE PREÇOS EM MARÇO

Janeiro: 2%

Fevereiro: 0,21%

Março: 1,39%

No ano: 3,64%

Em 12 meses: 10,83%

Maiores variações:

11,02% para Alimentos in natura,

2,47% para Bebidas em bares e restaurantes,

2,25% para Vestuário e complementos,

1,91% para Transporte, comunicação, energia elétrica, combustíveis, água e IPTU,

1,64% para Alimentos industrializados,

1,61% para Despesas pessoais e

1,07% para Encargos e manutenção

FONTE: FUNDAÇÃO IPEAD

Apoio a Putin aumenta em meio a resistência a sanções



Igor Gielow

Em um conflito em que a guerra de narrativas é tão acirrada quanto a que se desenrola no solo da Ucrânia, as novas sanções preparadas pelo Ocidente para punir Vladimir Putin por sua guerra contra o vizinho serão vendidas como mais um golpe asfixiante no Kremlin.

Na visão de muitos analistas e políticos ocidentais, o desconforto que as sanções geram na população russa é um passaporte para que a elite local, ou a classe média nas ruas, derrube o longevo Putin do poder que ocupa desde que assumiu como premiê, em agosto de 1999.

Até aqui, esperam. A Rússia sofre sistematicamente sanções desde 2012. De acordo com a plataforma americana de dados Castellum.AI, havia 2.754 ações até a guerra; depois dela, mais 5.314 específicas sobre o conflito. Por ora, resiste com relativo sucesso ao tsunami.

Isso, somado ao controle do discurso público imposto por Putin à mídia estatal sobre a guerra, parece estar por trás do apoio que o líder angariou. Após mais de um mês de pesquisas estatais, enfim o respeitado centro independente Levada começou a divulgar dados sobre a percepção popular da guerra.

A aprovação de Putin saltou de 71% em fevereiro para 83% no levantamento feito de 24 a 30 de março com 1.600 entrevistas em 50 regiões russas, margem de erro de dois pontos para mais ou menos. Trata-se do maior índice da carreira de Putin, empatando com os 83% que angariou logo após anexar a Crimeia da Ucrânia, em março de 2014. Não há, no entanto, segundo relato de observadores moscovitas que

pedem anonimato, um clima de euforia como naquela ocasião.

Se o apoio tem a ver com os 15 anos de cadeia a que estão sujeitos os que o Kremlin considerar espalhadores de mentiras sobre o conflito, é algo provável, mas não aferível. Já o fator econômico é claro.

Para começar, contrariando as expectativas, o país não deu calote em seus títulos, mesmo com cerca de 60% de suas reservas de US\$ 640 bilhões congeladas fora do país, na mais dura das sanções até aqui. As novas punições sugeridas nos EUA podem mudar isso ao vetar pagamentos em bancos americanos.

Governo e empresas seguem pagando seus credores. É verdade que Putin quer obrigá-los a receber em rublo, para valorizar artificialmente a moeda, e decidiu fazer o mesmo com importadores de seu maior tesouro, gás e petróleo. A disputa ainda está em curso, mas o colapso previsto foi por ora revertido.

O rublo voltou ao nível do pré-guerra, mesmo depois de um tombo de 30% no valor da moeda que lembrou os piores momentos do desastre de 1998 e da recessão de 2015-16.

Isso se deve também ao fato de que Putin praticamente amarrou à cadeira a presidente do Banco Central, Elvira Nabiullina, e ela usou a caneta de forma ortodoxa: subiu os juros básicos de 9,5% ao ano para 20%, manobra que brasileiros cansaram de ver nos anos iniciais do real para segurar a inflação e atrair capital.

Para moradores de Moscou com quem a Folha conversou, faltam alguns bens de consumo ocidentais, mas isso é uma situação que não parece assustar tanto, até por ter ocorrido em 2014. O susto da saída de empresas e marcas estrangeiras, além do fim de serviços como o Apple Pay e a emissão de cartões de crédito internacionais, parecem ter sido algo já absorvido.

O mesmo não se pode dizer sobre o setor aéreo, que vê empresas reduzindo frotas para poder canibalizar partes de aviões ocidentais ora sem assistência. Para um país cuja classe média acostumou-se a viajar ao exterior, o isolamento também traz um choque.

Segundo o monitor do humor de consumo do banco Sberbank, o maior do país, a confiança dos russos em ir às compras segue inalterada, e os preços, apenas 5% acima do período anterior à guerra, em média.

Em artigo no jornal Kommersant o diretor de programas do Clube Valdai, centro de debates alinhado ao Kremlin, afirmou que as sanções estão unindo os russos em torno do governo, pois são percebidas como discriminatórias. "Eles pensam de forma fantástica que as sanções serão eternas", disse Ivan Timofeev.

Do outro lado da trincheira ideológica, concorda com ele a jornalista independente Farida Rustamova, que escreveu uma reportagem em seu blog relatando conversas com membros da elite descrevendo que há fastio acerca da guerra, mas que eles estão mais firmes do que nunca com Putin.

A Bolsa de Valores foi manietada, com restrições de operação, e a queda inicial de também 30% dos valores das principais ações, estabilizada. A corrida aos bancos arrefeceu. A revista britânica The Economist disse que 3 trilhões de rublos sacados no começo da crise já voltaram às contas correntes. A economia, afirmou a bíblia liberal com claro contragosto, "está melhor do que você imagina".

Há explicações mais básicas. Primeiro, a Europa não aderiu a um veto total à compra de hidrocarbonetos russos, em especial pela dependência que o presidente alemão disse ter sido um erro histórico.

E há a grande aliada China e outros países que ignoram as sanções, como o Brasil. No setor energético, segundo a agência subordinada à ONU Centro Internacional de Comércio, Pequim compra 21% do que Moscou vende, liderando o top 10 do ranking, que tem outros aliados ocidentais que não puniram Putin, como Coreia do Sul (destino de 6% das importações de gás, petróleo e derivados) e a membro da Otan Turquia (3%). O resto do mundo, que poupa o Kremlin, responde por 31% das receitas.

As vendas de ferro e aço, vetadas pela União Europeia, vão na mesma linha: os dois maiores compradores não aderiram a sanções: Turquia (14%) e México (9%). Apenas 19% iam para países que agora não aceitam o produto russo. Já quando o tema é produtos de tecnologia, a China responde por 52% do mercado externo de Moscou e apenas 11% ia para destinos agora fechados.

A situação, claro, acompanha o ritmo estagnado da campanha militar de Putin, que queria derrubar o governo em Kiev em uma semana, mas fracassou. A

clara reorientação para um conflito mais prolongado colocará à prova a popularidade do russo.

O instituto Levada questionou os russos acerca de sua visão do conflito, e o resultado emula o dos institutos estatais, com amplo apoio: 53% dizem ser muito a favor das ações, e 28%, a favor. Apenas 8% afirmam ser algo contrários, e 6%, muito críticos. São números a serem tomados com cautela, exatamente pelo clima de censura no país. Analistas dizem que dificilmente alguém daria uma declaração aberta contra o conflito a um desconhecido. A guerra, em si, é acompanhada com interesse por 64% dos ouvidos.

O número a preocupar o Kremlin, contudo, é outro: 67% estão preocupados com os efeitos das sanções sobre suas vidas, 21 pontos a mais do que em dezembro. Para um terço, as medidas já são sentidas.

Ainda que mais de 70% afirmem acreditar que a culpa pelo conflito é do Ocidente, efeitos duradouros de uma guerra longa podem ter impacto político. A resultante dessa disputa ainda está por ser conhecida, mas além de não ter evitado um míssil de cair na Ucrânia as sanções por ora não foram tão apocalípticas quanto o presidente americano, Joe Biden, e companhia anunciaram.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498 72

Veja o impacto das sanções contra a Rússia

Rublo se recupera

Valor de US\$ 1 em rublos 150 — 120 — 90 — 76,725 60 1º.fev.2022 5.abr.2022

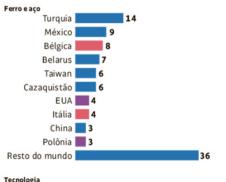
Ocidente e aliados fazem sanções

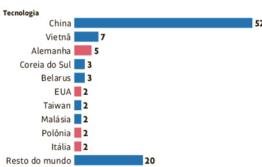
Setores com restrições de importação

País	Número de sanções	Setores afetados
Reino Unido	875	Energia e tecnologia
Suíça	869	Metais e tecnologia
EUA	724	Energia e tecnologia
UE	705	Metais e tecnologia
França	696	Metais e tecnologia*
Canadá	686	Energia e tecnologia
Austrália	562	Energia
Japão	194	Tecnologia

Mas os setores não dependem tanto dos rivais







^{*}A França é parte da UE (União Europeia), mas tem regime próprio de sanções Fontes: ITC Trade Map, Castellum.AI, Geopolitical Futures

Greve do BC pode afetar atividades do Copom, dizem servidores

Nathalia Garcia

Sem acordo com o governo, os servidores do Banco Central falam em intensificar a greve e afetar atividades ligadas ao Copom (Comitê de Política Monetária) e ao Comef (Comitê de Estabilidade Financeira).

Os membros das três entidades representativas dos servidores do BC se reuniram, nesta terça (5), com Leonardo Sultani, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, mas as discussões não avançaram quanto à reivindicação de reajuste salarial de 26,3% e reestruturação de carreira de analistas e técnicos.

Segundo o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), não houve uma proposta oficial do governo. "A nossa resposta vai ser a manutenção e a intensificação da greve", afirmou em nota. A decisão contou com apoio de 90% dos participantes da assembleia deliberativa realizada na tarde desta terça.

De acordo com o presidente do Sinal, Fábio Faiad, a intensificação da greve dos funcionários da autoridade monetária pode afetar a preparação de indicadores e projeções que servem de apoio técnico à tomada de decisões do colegiado do BC, como a taxa básica de juros (Selic), que é o principal instrumento de política econômica de combate à **inflação**.

A próxima reunião do Copom está marcada para os dias 2 e 3 de maio, enquanto o encontro do Comef está agendado para 26 de maio.

O BC incluiu na lista de serviços essenciais dos servidores uma sugestão de regime de trabalho concentrado da área entre 20 de abril e 4 de maio para a elaboração do material do Copom. O sindicato, por sua vez, diz que a demanda exigida não deveria ser enquadrada como atividade essencial e negocia com a autarquia sua remoção.

Os servidores consideram que há uma confusão no entendimento do que são atividades essenciais estabelecidas por lei e do que são serviços relevantes para o cumprimento da missão do BC, de forma que alguns itens da lista correspondem à segunda categoria.

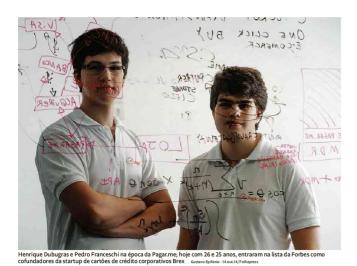
FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A16. Qua, 6 de Abril de 2022 ECONOMIA

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498

72

Brasileiros de 25 e 26 anos estreiam na lista da Forbes



Dois jovens brasileiros aparecem entre os novos bilionários da lista da Forbes, divulgada nesta terçafeira (5). Feito anualmente, o 36º ranking da revista conta com 2.668 nomes, sendo 236 que se juntaram à seleção nos últimos 12 meses. Juntos, eles valem US\$

12,7 trilhões (R\$ 58,6 trilhões).

Pedro Franceschi, 25, e Henrique Dubugras, 26, são os novos bilionários mais jovens do rol, segundo a revista, com patrimônio de US\$ 1,5 bilhão cada (quase R\$ 7 bilhões).

Eles são cofundadores da startup de cartões de crédito corporativos Brex, que, de acordo com a revista, foi avaliada em US\$ 12,3 bilhões (R\$ 56,7 bilhões) por investidores em janeiro.

Isto faz da empresa um "decacórnio", termo usado no mercado de tecnologia a startups que valem mais de US\$ 10 bilhões (R\$ 46 bilhões). O termo é derivado de unicórnio -nome dado a startups cujos valores de mercado ultrapassam US\$ 1 bilhã o (R\$ 4,6 bilhões).

Os jovens já eram nomes relevantes entre empresários do mundo financeiro antes de completarem 18 anos, conforme mostrou a Folha.

Outra estreante na lista é a cantora Rihanna, 34, cujo patrimônio líquido é avaliado em US\$ 1,7 bilhão (quase R\$ 8 bilhões). Em 2019, a Forbes já tinha listado a cantora como a artista feminina mais rica da música, com, na época, uma fortuna de US\$ 600 milhões (R\$ 2,7 bilhões).

No entanto, Rihanna não aparece na lista pela carreira musical, mas pelo sucesso na venda de produtos cosméticos Fenty Beauty, lançada em 2017, e no negócio de lingerie Savage X Fenty, de 2019. O feito a tornou a primeira bilionária de Barbados, seu país natal, do qual foi nomeada heroína nacional em dezembro do ano passado.

A Forbes encontrou mil bilionários mais ricos do que eram há um ano. Dentre eles, Elon Musk, 50, dono da Tesla, que pela primeira vez encabeça a seleção. Seu patrimônio líquido é avaliado em US\$ 219 bilhões (cerca de R\$ 1 trilhão).

Na segunda (4), Musk adquiriu a fatia de 9,2% do Twitter, o que fez as ações da plataforma dispararem. Ele também fará parte do conselho da rede social e promete fazer "melhorias significativas". A empresa de pagamentos Tipaldi Approve projeta o que o empresário será o primeiro trilionário da história em 2024.

Os 236 estreantes na lista vêm de 34 países diferentes, encabeçados pela China, que produziu 62 deles.

Uma série de instabilidades no panorama mundial nos últimos 12 meses, com pandemia, **inflação** em alta e, mais recentemente, a Guerra na Ucrânia, provocou também a saída de 87 nomes da lista, diz a revista.

O país com quedas mais drásticas foi a Rússia, onde há 34 nomes a menos do que ano passado.

Os Estados Unidos ainda lideram o número de bilionários no mundo, com 735 nomes, que juntos valem US\$ 4,7 trilhões (R\$ 1 quatrilhão).

Musk pode ser investigado por compra de ações do Twitter

Ex-funcionários da Comissão de Valores Mobiliários norte-americana, SEC, e acadêmicos disseram que Elon Musk pode ter perdido um prazo importante para divulgar, na segunda-feira (4), a compra de 9% do Twitter. A aquisição da participação foi em 14 de março. A lei de valores mobiliários dos Estados Unidos exige que o investidor divulgue em até dez dias a aquisição de 5% de uma empresa, prazo que no caso de Musk expiraria em 24 de março. Nesta terça (5), a

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A24. Qua, 6 de Abril de 2022 ECONOMIA

rede social anunciou planos de nomeá-lo para o conselho de administração da empresa.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498

72

+ Os mais ricos do mundo em 2022 e suas fortunas

1º Elon Musk



EUA Tesla e SpaceX US\$ 219 BI

6° Larry Page



EUA Google US\$ 111 BI

2º Jeff Bezos



EUA Amazon US\$ 171 BI

7° Sergei Brin



EUA Google US\$ 107 BI

3° Bernard Arnault



(e família) França LVMH US\$ 158 BI

8° Larry Ellison



EUA Oracle **US\$ 106 BI**

4° Bill Gates



EUA Microsoft US\$ 129 BI

9° Steve Ballmer



EUA Microsoft US\$ 91,4 BI

5° Warren Buffett



EUA Berkshire Hathaway US\$ 118 BI

10° Mukesh Ambani



Índia Reliance US\$ 90,7 BI

OS BRASILEIROS MAIS RICOS E SUAS FORTUNAS

117° J. P. Lemann*



(e família) ÀB InBev US\$ 15,4 BI

350° Lucia Maggi*



(e família) Amaggi US\$ 6,9 BI

185° Eduardo Saverin*



Facebook US\$ 10,6 BI

438° André Esteves*



BTG US\$ 5,8 BI

192° Marcel H. Telles*



AB InBev US\$ 10,3 BI

536° Alexandre Behring*



3G Capital US\$ 5,1 BI

206° Jorge Moll Filho*



(e família) Rede D'Or US\$ 9,8 BI

586° Luciano Hang*

1.929° Henrique Dubgras**



Havan US\$ 4,8 BI

251° Carlos A. Sicupira*



AB InBev US\$ 8,5 BI

Brex US\$ 1,5 BI

304° Irmãos Safra*



Safra US\$ 7,7 BI



Brex US\$ 1,5 BI

^{*} Posição no ranking global ** Estreantes Fonte: Forbes

Países se endividam mais para enfrentar a inflação

Por Tom Fairless, Nicholas Bariyo e Ryan Dube - Dow Jones Newswires

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

É hora de reduzir a compra de gás russo (Artigo)

Martin Wolf é editor e principal analista de economia do Financial Times

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184

Mercado amplia aposta de corte da Selic em 2023

Felipe Saturnino

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Saída de capital da China pode indicar rotação de mercados, afirma IIF

Sérgio Tauhata

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

CAE aprova em sabatina novos nomes para CVM e Banco Central

Larissa Garcia e Estevão Taiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187184?page=8§ion=5